



CHEVROLET SERVIÇOS FINANCEIROS



BANCO GMAC S.A.

CNPJ nº 59.274.605/0001-13

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial e as respectivas Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e das Demonstrações dos Fluxos de Caixa relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014.

Avaliação do Resultado

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, as operações de crédito e arrendamento mercantil atingiram o montante de R\$11.585 milhões (2014 - R\$12.550 milhões). O Patrimônio Líquido atingiu R\$1.664 milhões (2014 - R\$1.518 milhões) e os Ativos totalizaram R\$14.183 milhões (2014 - R\$15.366 milhões). O índice de Basileia em 31 de dezembro de 2015 foi de 12,68% (2014 - 11,75%).

Gerenciamento de Riscos Corporativos

Em conformidade com nossas políticas internas, conjuntamente com as diretrizes estabelecidas pela nossa matriz em Detroit, o Banco GMAC S.A. possui estrutura de gestão de riscos voltada para as melhores práticas internacionais e atendimento das exigências dos agentes reguladores locais. Neste sentido, o Banco conta com políticas de gerenciamento de riscos e procedimentos de controle e monitoramento contínuo, e de forma independente das áreas de negócio, permitindo o estabelecimento de uma cultura sólida de administração de riscos no que se refere a:

- Riscos de Crédito, busca fornecer subsídios à definição de estratégias, além do estabelecimento de limites, abrangendo análise de exposição e tendências, bem como a eficácia da política de crédito;
- Riscos de Mercado, em decorrência de movimentos adversos nos preços dos fatores de risco subjacentes às posições detidas pelo Banco;
- Riscos Operacionais, em função da avaliação de novos produtos e operações, monitoramento contínuo de processos, definição de indicadores de riscos e mensuração quantitativa de perdas operacionais; e
- Riscos de Liquidez, visa o acompanhamento e controle diário dos recursos disponíveis, seu descasamento de fluxos de ativos e passivos, e a capacidade da instituição de honrar suas obrigações.

A estrutura de gerenciamento dos riscos encontra-se disponível em nosso portal www.chevroletf.com.br, e é distribuído ao público de relacionamento do Banco.

Ouvidoria

Trata-se de um canal de comunicação entre o Banco e seus clientes, que tem por objetivo a busca contínua do aperfeiçoamento e melhoria dos produtos, serviços e atendimento oferecidos, em conformidade com a resolução nº 3.477 do Conselho Monetário Nacional.

São Paulo, 23 de março de 2016

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota	2015	2014
Circulante		8.036.018	8.370.346
Disponibilidades	4	56.157	79.879
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5a	608.298	424.399
Aplicações no mercado aberto		608.298	424.399
Operações de crédito	7	6.831.908	7.150.615
Operações de crédito - setor privado		4.417.989	3.948.205
Operações de crédito - vinculadas a cessão		2.577.109	3.337.762
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(163.190)	(135.352)
Operações de arrendamento mercantil		(182)	4.468
Operações de arrendamento a receber - setor privado		564	8.740
(-) Rendas a apropriar de arrendamentos a receber		(510)	(3.019)
(-) Provisão para operações de arrendamento de liquidação duvidosa		(236)	(1.253)
Outros créditos		460.941	566.743
Diversos	8	460.927	566.504
Rendas a receber		14	239
Outros valores e bens		78.896	144.242
Bens não de uso próprio	9a	4.000	3.054
Despesas antecipadas	9b	74.896	141.188
Realizável a longo prazo		6.010.950	6.681.293
Títulos e valores mobiliários	5b	184.563	232.276
Carteira própria		184.563	232.276
Operações de crédito	7	4.491.022	5.143.701
Operações de crédito - setor privado		3.050.043	2.574.884
Operações de crédito - vinculadas a cessão		1.538.394	2.662.318
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(97.415)	(93.501)
Operações de arrendamento mercantil		(9)	265
Operações de arrendamento a receber - setor privado		28	489
(-) Rendas a apropriar de arrendamentos a receber		(25)	(169)
(-) Provisão para operações de arrendamento de liquidação duvidosa		(12)	(55)
Outros créditos		1.254.236	1.229.059
Diversos	8	1.254.236	1.229.046
Rendas a receber		-	13
Outros valores e bens		81.138	75.992
Despesas antecipadas	9b	81.138	75.992
Permanente		135.882	314.788
Investimentos		100.549	145.221
Participações em controladas no país	10	100.549	145.221
Imobilizado de uso		10.050	6.992
Outras imobilizações de uso		15.258	13.436
(-) Depreciações acumuladas		(5.208)	(6.444)
Imobilizado de arrendamento	11	25.283	162.573
Bens arrendados		23.958	156.324
Superveniência de depreciação		24.195	140.572
(-) Depreciações acumuladas		(22.870)	(134.323)
Intangível		-	2
Ativos intangíveis		-	2.147
(-) Amortizações acumuladas		-	(2.145)
TOTAL DO ATIVO		14.182.850	15.366.427

PASSIVO	Nota	2015	2014
Circulante		7.535.244	6.497.553
Depósitos	12	3.574.988	3.191.300
Depósitos interfinanceiros		2.407.578	2.044.598
Depósitos a prazo		1.167.410	1.146.702
Obrigações por emissão de letras financeiras	12	936.258	475.913
Obrigações por emissão de letras financeiras		936.258	475.913
Outras obrigações		3.023.998	2.830.340
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		10.437	10.423
Sociais e estatutárias		7.310	-
Fiscais e previdenciárias	15	204.142	44.878
Diversas	14	2.802.109	2.775.039
Exigível a longo prazo		4.542.410	6.885.421
Depósitos	12	1.006.315	1.399.362
Depósitos interfinanceiros		709.535	1.079.619
Depósitos a prazo		296.780	319.743
Obrigações por emissão de letras financeiras	12	1.247.670	866.868
Obrigações por emissão de letras financeiras		1.247.670	866.868
Outras obrigações		2.288.425	4.619.191
Fiscais e previdenciárias	15	677.034	921.490
Diversas	14	1.611.391	3.697.701
Resultado de exercícios futuros		441.163	465.024
Resultado de exercícios futuros	17	441.163	465.024
Patrimônio líquido		1.664.033	1.518.429
Capital	18	1.454.438	1.383.957
De domiciliados no país		1.454.438	1.383.957
De domiciliados no exterior		-	-
Reserva de lucros	18	209.595	134.472

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014
E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações - R\$)

	Nota	2° Semestre	2015	2014
Receitas de intermediação financeira		1.205.089	2.427.930	2.145.522
Operações de crédito	19	1.104.159	2.221.177	1.908.316
Operações de arrendamento mercantil		65.084	137.012	173.782
Resultado com aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	5	35.846	69.741	63.424
Despesas da intermediação financeira		(935.376)	(1.807.677)	(1.657.219)
Operações de captações no mercado	12a	(433.754)	(804.508)	(573.731)
Operações de arrendamento mercantil		(63.749)	(133.224)	(162.512)
Operações de vendas ou transferência de ativos financeiros	7j	(291.417)	(643.642)	(707.541)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7g	(146.456)	(226.303)	(213.435)
Resultado bruto da intermediação financeira		269.713	620.253	488.303
Outras receitas (despesas) operacionais		(182.013)	(381.061)	(367.003)
Receitas de prestação de serviços		19.330	35.840	35.229
Rendas de tarifas bancárias	24	53.615	102.201	121.398
Despesas de pessoal	20	(6.564)	(6.627)	-
Outras despesas administrativas	21	(224.087)	(468.203)	(424.244)
Despesas tributárias	25	(26.012)	(52.023)	(77.628)
Resultado de equivalência patrimonial	10	27.204	55.328	9.459
Outras receitas operacionais	22	43.799	80.767	117.313
Outras despesas operacionais	23	(69.298)	(128.344)	(148.530)
Resultado operacional		87.700	239.192	121.300
Resultado não operacional		369	1.716	2.339
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		88.069	240.908	123.639
Imposto de renda e contribuição social		50.114	(1.207)	(1.448)
Provisão para imposto de renda corrente	13b	11.467	(22.532)	(17.247)
Provisão para contribuição social corrente	13b	19.226	(765)	(4.493)
Ativo e passivo fiscal diferido	13b	19.421	22.090	20.292
Participações estatutárias no lucro		(1.097)	(1.097)	-
Lucro líquido do semestre/exercícios		137.086	238.604	122.191
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$		120,10	209,04	107,05
Total de ações - 1.141.400.925				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014
E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Em milhares de reais - R\$)

	Capital Social	Reserva de Lucros Legal	Reserva de Lucros Outras	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	1.264.353	60.282	-	-	1.324.635
Aumento de capital homologado pelo Banco Central em 05/02/2014	119.604	-	-	-	119.604
Lucro líquido do exercício	-	-	-	122.191	122.191
Destinação do lucro:					
Reservas de lucro	-	-	68.080	(68.080)	-
Reserva legal	-	6.110	-	(6.110)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(48.001)	(48.001)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	1.383.957	66.392	68.080	-	1.518.429
Aumento de capital homologado pelo Banco Central em 09/06/2015	70.481	-	(70.481)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	238.604	238.604
Destinação do lucro:					
Reservas de lucro	-	-	133.674	(133.674)	-
Reserva legal	-	11.930	-	(11.930)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(93.000)	(93.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.454.438	78.322	131.273	-	1.664.033
Saldos em 30 de junho de 2015	1.454.438	71.467	94.042	-	1.619.947
Lucro líquido do semestre	-	-	-	137.086	137.086
Destinação do lucro:					
Reservas de lucro	-	-	37.231	(37.231)	-
Reserva legal	-	6.855	-	(6.855)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(93.000)	(93.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.454.438	78.322	131.273	-	1.664.033

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



CHEVROLET SERVIÇOS FINANCEIROS



★ **continuação**

BANCO GMAC S.A.

CNPJ nº 59.274.605/0001-13

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Em milhares de reais - R\$)

Fluxo de caixa das atividades operacionais

Lucro líquido ajustado

	Nota	2º Semestre	2015	2014
Lucro líquido do semestre/exercícios		65.631	124.487	155.971
Depreciações e amortizações imobilizado em uso		137.086	238.604	122.191
Depreciações e amortizações imobilizado arrendamento		1.113	2.066	1.988
Insuficiência (superveniência) de depreciação	3f	5.317	17.067	47.362
Outras despesas de arrendamento		58.432	116.155	115.115
Resultado na alienação de imobilizado de uso		1	2	35
Resultado de equivalência patrimonial		(265)	(377)	(239)
Resultado na alienação de bens não de uso - BNDU	10	(27.204)	(55.328)	(9.459)
Provisão para operações de crédito e de arrendamento de liquidação duvidosa		(95)	(1.280)	(1.200)
Atualizações de depósitos judiciais em garantia e impostos a compensar	7g	146.456	226.303	213.435
Provisão para contingências	22	(35.009)	(65.678)	(58.276)
Resultados de exercícios futuros	16b	47.924	80.462	94.655
Ativo fiscal diferido	17	(218.011)	(434.716)	(349.344)
Provisão para imposto de renda e contribuição social	13b	(19.421)	(22.090)	(20.292)
Varição de ativos e obrigações		224.925	24.837	(124.903)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(23.208)	(55.806)	(94.211)
(Aumento) redução de títulos e valores mobiliários		52.339	47.713	(15.439)
(Aumento) redução em operações de crédito, arrendamento mercantil		(336.154)	684.656	(2.862.299)
(Aumento) redução em outros créditos		124.503	224.200	234.019

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	Nota	2º Semestre	2015	2014
(Aumento) redução de despesas antecipadas		25.600	61.147	7.050
(Aumento) redução em outros valores e bens		4.215	334	(1.749)
Aumento (redução) em depósitos		659.394	(9.360)	637.836
Aumento em obrigações por emissão de letras financeiras		821.087	841.148	773.193
Aumento (redução) em outras obrigações		(1.356.779)	(2.184.116)	673.826
Aumento (redução) em resultados de exercícios futuros		243.692	410.855	499.324
Alienação de imobilizado de arrendamento		10.236	4.066	23.547
Caixa líquido proveniente (aplicado) das atividades operacionais		290.556	149.324	31.068
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Dividendos recebidos sobre investimentos	10	-	100.000	22.286
Alienação de imobilizado de uso		1.574	2.504	1.575
Aquisição de imobilizado de uso		(4.765)	(7.251)	(4.802)
Caixa líquido proveniente (aplicado) nas atividades de investimento		(3.191)	95.253	19.059
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Aumento de capital		-	-	119.604
Juros sobre o capital próprio pagos		(84.400)	(84.400)	(60.666)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(84.400)	(84.400)	58.938
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		202.965	160.177	109.065
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercícios		461.490	504.278	395.213
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercícios		664.455	664.455	504.278

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Em milhares de reais - R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

As atividades operacionais do Banco GMAC S.A. ("Banco") consistem, principalmente, no financiamento de veículos ao consumidor, no financiamento de peças e veículos e no empréstimo de capital de giro para as concessionárias da rede Chevrolet. As operações são conduzidas no contexto do conjunto de empresas integrantes do Grupo GMAC, as quais atuam integradamente no mercado financeiro, utilizando-se de uma mesma estrutura operacional. Os benefícios dos serviços prestados entre essas empresas e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, segundo a praticabilidade de lhes serem atribuídos.

Em 30 de novembro de 2015, a General Motors Holdings Participações Ltda., controladora do Banco, foi incorporada pela General Motors Investment Participações Ltda., assumindo o controle do mesmo.

Frisamos que a Lei 13.169/2015 (conversão da MP 675/15) impôs aumento de 5% na alíquota da contribuição social sobre o lucro para o período compreendido entre setembro de 2015 a dezembro de 2018. Dessa forma, com base em nosso estudo técnico de realização dos créditos tributários, performamos o incremento de 5% sobre o crédito tributário calculado sobre as bases temporárias projetadas como dedução na base de cálculo da contribuição social até dezembro de 2018.

2. ELABORAÇÃO E PUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com base na Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações normatizadas pelo BACEN, introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, em observância às normas estabelecidas pelo BACEN e pelo Conselho Monetário Nacional, consubstanciando no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro - COSIF. A aprovação das demonstrações financeiras pela Diretoria ocorreu em 23 de março de 2016.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis de avaliação dos elementos patrimoniais são as seguintes:

a) Apuração de resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata temporis" para aquelas de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial. As rendas de operações de crédito e arrendamento mercantil vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações de arrendamento mercantil são apuradas pelo regime de competência e segundo a Portaria Ministerial da Fazenda nº 140/84, que considera:

- As receitas de arrendamento mercantil são calculadas e apropriadas mensalmente pela exigibilidade das contraprestações no ano.
- O ajuste do valor presente das operações de arrendamento mercantil.

b) Ativo circulante e realizável a longo prazo

Os ativos circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelos valores de aquisição, incluindo quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias "pro rata temporis" e cambiais incorridos, auferidos e ajustados ao valor justo ou de realização, quando este for aplicável.

As operações de arrendamento mercantil são contratadas, de acordo com opção feita pela arrendatária, com cláusula de taxa de juros prefixada, tendo a arrendatária a opção contratual de compra do bem, renovação do arrendamento ou devolução ao término do contrato. Os valores residuais garantidos das operações de arrendamento mercantil, que representam as opções de compra a vencer, bem como os respectivos ajustes monetários, são registrados na rubrica "Valores residuais a realizar", tendo como contrapartida a rubrica "Valores residuais a balancear", ambos no subgrupo de arrendamentos a receber.

As provisões para créditos de liquidação duvidosa das operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos são fundamentadas na análise das operações em aberto, efetuada pela Administração, para concluir quanto ao valor adequado, e levam em conta a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais da carteira, bem como as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional - CMN.

Conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.533/08, a partir de 1º de janeiro de 2012, os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais ao fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou quando ocorrer a venda ou a transferência deste ativo financeiro.

A venda ou a transferência de um ativo financeiro deve ser classificada nas seguintes categorias:

- Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios: o cedente transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (i) venda incondicional do ativo financeiro; (ii) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de recompra pelo valor justo desse ativo no momento da recompra; e (iii) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja improvável de ocorrer;
- Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios: o cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (i) venda do ativo financeiro em conjunto com compromisso de recompra do mesmo ativo a preço fixo ou o preço de venda adicionado de quaisquer rendimentos; (ii) contratos de empréstimo de títulos e valores mobiliários; (iii) venda do ativo financeiro em conjunto com contrato de swap de taxa de retorno total que transfira a exposição ao risco de mercado de volta ao cedente; (iv) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja provável de ocorrer; e (v) venda de recebíveis para os quais o vendedor ou o cedente garante por qualquer forma compensar o comprador ou o cessionário pelas perdas de crédito que venham a ocorrer, ou cuja venda tenha ocorrido em conjunto com a aquisição de cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) comprador; e
- Operações sem transferência ou retenção substancial dos riscos e benefícios: devem ser classificadas as operações em que o cedente não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação.

O registro contábil da venda ou transferência de ativos financeiros classificados na categoria operações com retenção substancial de riscos e benefícios é realizado da seguinte maneira: (i) o ativo financeiro, objeto da venda ou transferência permanece, na sua totalidade, registrado no ativo; (ii) os valores recebidos na operação são registrados no ativo em contrapartida com o passivo referente a obrigação assumida; (iii) as receitas e despesas são apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação, mensalmente.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa segue os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, o caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução CMN nº 3.604/08, do Conselho Monetário Nacional, são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo original de até 90 dias, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor de mercado. Dentre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são demonstradas pelo custo de aquisição, acrescido de variações monetárias e juros contratados. Quando o valor de realização de um determinado ativo for inferior ao valor registrado contabilmente, é registrada provisão para ajuste deste ativo ao seu respectivo valor de realização.

e) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários estão contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, sendo as aplicações em fundos de investimento atualizadas com base no valor da cota divulgado por seus respectivos administradores. Os títulos e valores mobiliários estão apresentados conforme disposto na Circular BACEN nº 3.068/01, os quais não foram adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e que a Administração tem intenção de mantê-los até o vencimento e, portanto, foram classificadas na categoria "títulos mantidos até o vencimento".

f) Ativo permanente

É demonstrado ao custo, combinado com os seguintes aspectos:

- Participação em sociedades controladas, avaliada pelo método de equivalência patrimonial.
- Depreciação do imobilizado calculada pelo método linear com base nas seguintes taxas anuais: sistema de processamento de dados e transportes - 20% e demais contas - 10%.

• O Banco, visando atender ao regime de competência, constituiu no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, insuficiência de depreciação no montante de R\$116.155 (R\$115.115 em 2014), classificada em despesa de arrendamento mercantil, e apresentava superveniência de depreciação para o exercício de 2015 de R\$24.195 (R\$140.572 em 2014), classificado no imobilizado de arrendamento (nota 11), equivalente ao ajuste do efetivo valor presente dos fluxos futuros da carteira de arrendamento mercantil, com base nas taxas implícitas de retorno de cada operação, conforme Circular BACEN nº 1.429/89.

• O ativo intangível é constituído por gastos com a aquisição de desenvolvimentos logísticos, e sua amortização é efetuada pelo prazo de vida útil estimado.

g) Redução ao valor recuperável dos ativos

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC - 01, aprovado pela Resolução CMN nº 3.566/08, é reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. A partir de 2008, os valores dos ativos não financeiros são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*. Na avaliação da administração não houve indícios de perda por *impairment* no exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

h) Passivo circulante e exigível a longo prazo

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias "pro rata temporis" e cambiais incorridos.

i) Provisões, ativos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos contingentes e obrigações legais estão sendo efetuados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, baseadas nos critérios definidos na Carta Circular BACEN nº 3.429/10 e na Resolução CMN nº 3.823/09 que aprova o Pronunciamento Técnico CPC-25.

• Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

• Provisões para riscos - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

• Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.

• Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal.

• Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

j) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda - IRPJ é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$240 no ano (R\$120 no semestre). A provisão para contribuição social - CSLL é constituída à alíquota de 20% (após o aumento de 5% mencionado abaixo) sobre o lucro real. É também constituída provisão para imposto de renda diferido sobre a superveniência de depreciação, as receitas de atualização dos depósitos judiciais, e créditos tributários de IRPJ e a CSLL diferidos sobre diferenças fiscais temporárias e prejuízos fiscais, com base nas alíquotas vigentes.

Foi publicada a Lei 13.169/2015 (conversão da MP 675/15), a qual, impôs aumento de 5% na alíquota da contribuição social sobre o lucro para o período compreendido entre setembro de 2015 a dezembro de 2018.

Em 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 (MP 627/13) que altera a legislação tributária federal sobre IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A referida MP 627/13 dispõe, entre outros assuntos, sobre a revogação do Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009. Essa Medida Provisória foi convertida na Lei 12.973, de 13 de maio de 2014.

k) Partes relacionadas

A divulgação de informações sobre as partes relacionadas é efetuada em consonância à Resolução CMN nº 3.750/09, que determinou a adoção do Pronunciamento Técnico - CPC 05, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente à divulgação de informações sobre as partes relacionadas.

l) Mensuração a valor justo

A metodologia aplicada para mensuração do valor justo (valor provável de realização) em ativos e passivos financeiros, quando aplicável é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, dados divulgados pelas diversas associações de classe, o valor das cotas de fundos de investimento divulgados pelos seus administradores, bolsas de valores e bolsas de mercadorias e de futuros, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.



★ **continuação**

BANCO GMAC S.A.

CNPJ nº 59.274.605/0001-13

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FNDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Em milhares de reais - R\$)

m) Uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor justo de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (iii) amortizações de ativos intangíveis e (iv) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes de créditos de liquidação duvidosa e dos passivos contingentes. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa estão compostos da seguinte forma:

	2015	2014
Disponibilidades	56.157	79.879
Aplicações em operações compromissadas - LTN e NTN (nota 5a)	608.298	424.399
Total	664.455	504.278

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) As aplicações interfinanceiras de liquidez em 31 de dezembro de 2015 apresentavam montantes de R\$608.298, (R\$424.399 em 2014), com vencimento em até três meses, e que estavam representadas por operações compromissadas prefixadas, lastreadas em Letras do Tesouro Nacional (LTN) e Notas do Tesouro Nacional (NTN). No exercício foi apropriada ao resultado receita no montante de R\$50.933 (R\$38.485 em 2014).

Aplicação Interfinanceira de Liquidez	2015	2014
Aplicações de mercado aberto - LTN (nota 4)	128.300	424.399
Aplicações de mercado aberto - NTN (nota 4)	479.998	—
Total	608.298	424.399

b) Os Títulos e Valores Mobiliários estavam representados por investimentos em cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("FIDC") - Banco GMAC Financiamento a Concessionários, cujo saldo em 31 de dezembro de 2015, era de R\$184.563 (R\$232.276 em 2014). No exercício foi apropriada ao resultado receita no montante de R\$17.287 (R\$24.939 em 2014).

Títulos e Valores Mobiliários	2015	2014
Fundo de investimento em direitos creditórios (i)	184.563	232.276
Total	184.563	232.276

(i) Representado por aplicação em cotas do FIDC classificadas como mantidas até o vencimento, equivalente ao prazo de duração do Fundo previsto no seu regulamento.

O Fundo, administrado pela Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e gerido pela Crédito Agricole Brasil S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários iniciou suas operações em 26 de outubro de 2009, com prazo determinado de duração de 50 anos contados a partir da primeira integralização de Cotas Seniores da 1ª série do Fundo. O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio fechado destinado a investidores qualificados nos termos da regulamentação em vigor, tendo por objetivo proporcionar aos cotistas a valorização de suas cotas por meio da aplicação preponderante dos recursos na aquisição de direitos creditórios do segmento financeiro, celebrados entre o Banco e seus clientes, sendo esses direitos creditórios oriundos de financiamento de veículos.

O FIDC busca, mas não garante atingir rentabilidade no médio e longo prazo, equivalente à taxa DI mais 5,75% para cotas mezanino e a taxa DI mais 3% para cotas seniores. Não existem atualmente cotas mezanino. As cotas subordinadas não possuem rentabilidade alvo, estando sua valorização condicionada à rentabilidade líquida do Fundo, já que desconta-se a remuneração das outras classes de quotas.

Participação no patrimônio líquido do FIDC:

Em conformidade com o artigo 24, inciso XV, da Instrução CVM nº 356, com redação dada pela Instrução CVM nº 393, o FIDC deve manter relação mínima entre o valor das cotas seniores e o de seu patrimônio líquido, sendo que esta relação será apurada diariamente e acessível aos cotistas mensalmente. O Banco é o detentor da totalidade das cotas subordinadas do FIDC, sendo as cotas seniores pertencentes a investidores qualificados.

No quadro a seguir, estão demonstradas as relações mínimas entre o valor das cotas seniores e subordinadas em relação ao patrimônio líquido do FIDC, quais sejam:

	% em relação ao patrimônio líquido (a)
Cotas seniores	Máximo de 70%
Cotas subordinadas	Mínimo de 30%

(a) Conforme o Regulamento do Fundo o somatório das cotas mezanino, se houver, e das subordinadas deverá ser equivalente a no mínimo de 30% do patrimônio líquido do Fundo.

Natureza do envolvimento do Banco com o FIDC e tipo de exposição a perdas, se houver, decorrentes desse envolvimento:

A verificação do enquadramento dos direitos creditórios às condições de cessão é, na forma do contrato de cessão, de responsabilidade exclusiva do Banco, sem prejuízo do direito do cessionário, FIDC, diretamente ou por intermédio de terceiros.

Avais, fianças, hipotecas ou outras garantias concedidas em favor do FIDC:

O Banco não ofereceu qualquer tipo de aval, fiança, hipoteca ou outras garantias em favor do FIDC ou de seus cotistas.

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, o Banco não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL

a) Composição da carteira de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos, por tipo de operação:

Operações de Crédito	2015	2014
Financiamentos	7.468.032	6.523.089
Financiamentos cedidos com retenção substancial de riscos e benefícios	4.115.503	6.000.080
Operações de arrendamento mercantil (nota 7b)	1.628	26.701
Total	11.585.163	12.549.870

b) Composição do valor presente dos contratos de arrendamento mercantil:

Operações de Arrendamento	2015	2014
Arrendamentos a receber	592	9.229
Rendas a apropriar	(535)	(3.188)
Valores residuais a apropriar	1.118	19.363
Valores residuais a balancear	(1.118)	(19.363)
Imobilizado de arrendamento (nota 11)	25.283	162.573
Valor residual antecipado (nota 14)	(23.712)	(141.913)
Valor presente dos contratos (nota 7a)	1.628	26.701

c) Composição da carteira de crédito e arrendamento mercantil, por atividade econômica:

Setor privado:	2015		2014	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
Pessoa física	9.243.853	79,8%	9.903.474	78,9%
Outros serviços	1.737.047	15,0%	1.962.371	15,7%
Comércio	591.034	5,1%	670.369	5,3%
Indústria	13.229	0,1%	13.656	0,1%
Total	11.585.163	100,0%	12.549.870	100,0%

d) Composição da carteira de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos, por prazo de vencimento:

Parcelas vencidas:	2015		2014	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
Até 60 dias	82.407	0,7%	63.619	0,5%
De 61 a 180 dias	32.524	0,3%	25.016	0,2%
De 181 a 360 dias	14.062	0,1%	12.122	0,1%
	128.993	1,1%	100.757	0,8%

Parcelas a vencer:	2015		2014	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
Até 180 dias	4.669.093	40,3%	4.971.611	39,7%
De 181 a 360 dias	2.198.564	19,0%	2.238.886	17,8%
Acima de 360 dias	4.588.513	39,6%	5.238.616	41,7%
	11.456.170	98,9%	12.449.113	99,2%
Total	11.585.163	100,0%	12.549.870	100,0%

e) Concentração do risco de crédito:

	2015		2014	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
10 maiores devedores	409.152	3,5%	378.705	3,0%
50 devedores seguintes	763.808	6,6%	840.263	6,7%
100 devedores seguintes	636.011	5,5%	755.389	6,0%
Demais devedores	9.776.192	84,4%	10.575.513	84,3%
Total	11.585.163	100,0%	12.549.870	100,0%

f) Composição da carteira por indexadores:

	2015		2014	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
Prefixado	9.597.492	82,8%	10.216.351	81,4%
Pós fixado	1.987.671	17,2%	2.333.519	18,6%
Total	11.585.163	100,0%	12.549.870	100,0%

g) Movimentação da provisão para operações de crédito e arrendamento mercantil:

Nível de risco	Contratos em carteira		Contratos em carteira cedidos até		Contratos em carteira cedidos após		Total
	em carteira	31/12/2011	01/01/2012	01/01/2012	01/01/2012	01/01/2012	
Saldo no início do exercício	194.080	—	1.155	—	36.081	—	231.316
Constituição/(reversão) de provisões	237.315	(967)	(967)	(10.045)	(10.045)	—	226.303
Baixas	(196.578)	—	—	—	—	—	(196.578)
Saldo no fim do exercício	234.817	—	188	—	26.036	—	261.041

h) Composição da carteira de operações de crédito, arrendamento mercantil e correspondente provisão para créditos e arrendamento mercantil de liquidação duvidosa referente aos contratos não cedidos e contratos cedidos após 01/01/2012 (não incluindo contratos em carteira cedidos até 31/12/2011):

Nível de risco	Taxa de provisão %	2015		2014	
		Total de operações	Provisão constituída	Total de operações	Provisão constituída
AA	—	3.829	—	18.412	—
A	0,5%	9.618.225	48.091	10.672.392	53.362
B	1,0%	770.727	7.707	700.016	7.000
C	3,0%	860.546	25.817	932.904	27.987
D	10,0%	95.103	9.510	49.139	4.914
E	30,0%	48.791	14.637	31.288	9.386
F	50,0%	50.214	25.107	23.726	11.863
G	70,0%	25.813	18.069	21.146	14.802
H	100,0%	111.915	111.915	100.847	100.847
Total		11.585.163	260.853	12.549.870	230.161

i) Durante o exercício foram registradas receitas com créditos recuperados no valor de R\$55.141 (R\$55.780 em 2014), contido na linha Receitas de Intermediação Financeira das Demonstrações do Resultado. Em 31 de dezembro de 2015, existiam contratos renegotiados no montante de R\$28.262 (R\$46.465 em 2014).

j) Cessão de crédito

A partir de 1º de janeiro de 2012, o Banco, em atendimento aos requerimentos para classificação e registro contábil das operações de venda ou transferência de ativos financeiros, estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.533/08, passou a classificar as cessões de crédito observando os critérios descritos na nota 3b. Em janeiro de 2016, o Banco não possuía créditos cedidos até dezembro de 2011.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o Banco cedeu ao FIDC, com retenção substancial de riscos e benefícios, o montante de R\$2.934.295 (R\$4.222.967 em 2014), em operações de financiamento de veículos, tendo apropriado despesas no montante de R\$65.394 (R\$71.403 em 2014).

O valor presente dos contratos cedidos pela taxa original, em 31 de dezembro de 2015, com retenção substancial de riscos e benefícios, e registrados na rubrica de "Operações de crédito", em 31 de dezembro de 2015 constam o montante de R\$561.974 (R\$698.365 em 2014), com a respectiva obrigação assumida pela cessão destas operações reconhecida na rubrica de "Outras obrigações - diversas - Obrigações por operações de venda e transferência de ativos financeiros" (nota 14) no montante de R\$550.999 (R\$683.236 em 2014). Há provisão para créditos de liquidação duvidosa para estas cessões no montante de R\$6.323 (R\$7.103 em 2014) registrado na rubrica "provisão para créditos de liquidação duvidosa".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o Banco cedeu operações de crédito de financiamento de veículos, com retenção substancial de riscos e benefícios, a outras instituições financeiras, no montante de R\$1.417.600 (R\$3.997.631 em 2014), tendo apropriado despesas no montante de R\$578.248 (R\$636.138 em 2014). Os contratos objeto de cessão referem-se a financiamentos de veículos, cujos vencimentos ocorrerão até 2020.

O valor presente das operações de crédito de financiamento de veículos cedidas a outras instituições financeiras, a partir de 1º de janeiro de 2012, com retenção substancial de riscos e benefícios, e registrados na rubrica de "Operações de crédito", em 31 de dezembro de 2015 constam o montante de R\$3.553.529 (R\$5.301.715 em 2014), com a respectiva obrigação assumida pela cessão destas operações reconhecida na rubrica de "Outras obrigações - diversas - Obrigações por operações de venda e transferência de ativos financeiros" (nota 14) no montante de R\$3.678.328 (R\$5.484.431 em 2014). Há provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre essas cessões, no montante de R\$19.713 (R\$28.978 em 2014) registradas na rubrica "provisão para créditos de liquidação duvidosa".

O valor presente das operações de crédito de financiamento de veículos cedidas a outras instituições financeiras, até 31 de dezembro de 2011, com retenção substancial de riscos e benefícios, no montante de R\$32.735 (R\$204.824 em 2014). Há provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre essas cessões, no montante de R\$188 (R\$1.155 em 2014), na rubrica "Outras obrigações - diversas" (nota 14), de acordo com os mesmos critérios adotados para os créditos não cedidos.

Composição da PDD - Carteira Cedida:

Nível de risco	Taxa de provisão %	Contratos cedidos até 31/12/2011		Contratos cedidos após 01/01/2012	
		Total de operações	Provisão constituída	Total de operações	Provisão constituída
AA	—	—	—	2.693	—
A	0,5%	31.524	158	3.778.021	18.890
B	1,0%	695	7	160.709	1.607
C	3,0%	501	15	172.947	5.189
D	10,0%	8	1	672	67
E	30,0%	—	—	180	54
F	50,0%	—	—	71	36
G	70,0%	—	—	56	39
H	100,0%	7	7	154	154
Total		32.735	188	4.115.503	26.036

8. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	2015	2014
Créditos tributários - imposto de renda e contribuição social (nota 13c)	731.006	737.738
Depósitos judiciais (nota 16b) (i)	851.643	863.773
Devedores diversos - país (ii)	24.261	33.355
Impostos a recuperar (iii)	34.846	67.391
Valores a receber de sociedades ligadas (nota 26e) (iv)	71.705	92.018
Outros	1.702	1.275
Total	1.715.163	1.795.550
Ativo circulante	460.927	566.504
Realizável em longo prazo	1.254.236	1.229.046

(i) Refere-se principalmente, aos depósitos efetuados em ações judiciais (Mandados de Segurança e Ações Anulatórias) para suspender a exigibilidade de tributos que se encontram sob discussão e outros processos judiciais. Os principais tributos depositados judicialmente são Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira - COFINS, Imposto Sobre Serviços - ISS, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE, os quais estão devidamente provisionados (nota 16). Os depósitos judiciais e as respectivas provisões para riscos e obrigações legais são corrigidos pelos índices e taxas a que estão sujeitos afetando os respectivos grupos de outras receitas e despesas operacionais (notas 22 e 23, respectivamente).



CHEVROLET SERVIÇOS FINANCEIROS



★ continuação

BANCO GMAC S.A.

CNPJ nº 59.274.605/0001-13

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Em milhares de reais - R\$)

(ii) Representados principalmente por valores transferidos de operações de crédito para outros créditos, decorrentes dos avisos de recebimentos de parcelas de financiamento CDC, "Floor Plan" e Leasing, creditados em conta corrente no primeiro dia útil subsequente, no montante de R\$21.783 (R\$21.522 em 2014). Refere-se também a valores de IPVA devidos pelos arrendatários, cobrados do Banco pelos Estados onde estes veículos estão registrados, no montante de R\$1.415 (R\$3.346 em 2014) líquido de provisão para perda, que o Banco cobrará posteriormente dos respectivos arrendatários.

(iii) Refere-se a antecipação nos valores pagos no exercício de 2015, referente a imposto de Renda e Contribuição Social no valor de R\$34.846 (R\$67.391 em 2014).

(iv) Refere-se principalmente a valor a receber de financiamento da modalidade de "Floor Plan" e CDC junto à General Motors do Brasil no valor de R\$60.576 (R\$91.058 em 2014).

9. OUTROS VALORES E BENS

a) Bens não de uso

Os bens retomados são registrados no ativo circulante, deduzidos quando aplicável, de provisão para desvalorização, quantificada com base no valor justo dos respectivos bens. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 o saldo de Bens não de Uso totalizava R\$4.000 (R\$3.054 em 2014).

b) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas classificadas em "Outros valores e bens" referem-se às comissões de origemação de operações de crédito pagas aos correspondentes no País. Destaca-se que as comissões originadas, a partir de 2015, estão em conformidade com a Resolução BACEN 4.294/14, que estabeleceu que as comissões pagas aos correspondentes em decorrência da origemação de novas operações de crédito devem ser reconhecidas integralmente quando da origemação da operação, bem como ficam limitadas aos percentuais máximos de 6% do valor da nova operação originada e 3% do valor da operação objeto de portabilidade, e em conformidade com a Circular BACEN nº 3.738/14, que estabelece os procedimentos para contabilização da remuneração de correspondentes no País, facultando a aplicação escalonada da apropriação contábil, opção adotada pelo Banco. A apropriação das comissões é realizada mensalmente no resultado, em conformidade com as normas vigentes. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o saldo de despesas antecipadas no montante de R\$156.034 (R\$217.180 em 2014), e foram apropriadas ao resultado despesas no montante de R\$188.607 (R\$167.021 em 2014), na rubrica "Outras Despesas Administrativas" (nota 21).

10. PARTICIPAÇÃO EM CONTROLADAS NO PAÍS

	2015		2014	
	GMAC Administradora de Consórcio Ltda.	GMACI Corretora de Seguros Ltda.	GMAC Administradora de Consórcio Ltda.	GMACI Corretora de Seguros Ltda.
Dados da controlada:				
Patrimônio líquido no final do exercício antes da apuração do resultado	33.199	12.027	53.703	82.073
Lucro (prejuízo) do exercício	29.766	25.567	29.964	29.964
Participação no capital	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Movimentação de Investimentos:				
No início do exercício	33.196	112.025	53.698	104.349
Pagamento de dividendos	–	(100.000)	–	(22.286)
Resultado de equivalência patrimonial	<u>29.763</u>	<u>25.565</u>	<u>(20.502)</u>	<u>29.962</u>
No final do exercício	<u>62.959</u>	<u>37.590</u>	<u>33.196</u>	<u>112.025</u>

11. IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO

	Taxa de depreciação (i)	2015	2014
Veículos	20,00% a.a.	23.907	156.240
Perdas em Arrendamento a amortizar		51	84
Total de bens arrendados		23.958	156.324
Superveniência de depreciação (nota 3f)		24.195	140.572
Depreciação acumulada		<u>(22.870)</u>	<u>(134.323)</u>
Imobilizado de arrendamento (nota 7b)		<u>25.283</u>	<u>162.573</u>

(i) Taxas de depreciação conforme Portaria do Ministério da Fazenda nº 140/84.

12. CAPTAÇÕES

	2015	2014
Depósitos interfinanceiros	3.117.113	3.124.217
Depósitos a prazo	1.464.190	1.466.445
Letras financeiras	<u>2.183.928</u>	<u>1.342.781</u>
Total	<u>6.765.231</u>	<u>5.933.443</u>
Passivo circulante	<u>4.511.246</u>	<u>3.667.213</u>
Exigível a longo prazo	2.253.985	2.266.230

As captações são representadas por Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI, Certificados de Depósitos Bancários - CDB e Letras Financeiras com vencimentos até novembro de 2017, sujeitos a encargos financeiros pré-fixados entre 11% e 16,96% ao ano no montante de R\$637.874 (R\$203.570 em 2014) e captações pós-fixadas atreladas a percentual da variação do CDI ou da SELIC no montante de R\$6.127.357 (R\$5.729.873 em 2014). a) Foram apropriadas para o resultado as seguintes despesas de captações:

	2015	2014
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI	403.462	323.241
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	178.066	159.224
Letras financeiras	218.826	86.271
Fundo Garantidor de Créditos - FGC	4.154	4.995
Total	<u>804.508</u>	<u>573.731</u>

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social:

	2015		2014	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro antes da tributação	240.908	240.908	123.639	123.639
Alíquotas	25%	20%	25%	15%
Despesa de acordo com as alíquotas	<u>(60.227)</u>	<u>(48.182)</u>	<u>(30.910)</u>	<u>(18.546)</u>
Efeito de IR e CS sobre diferenças permanentes				
Participações estatutárias no lucro	274	219	–	–
Juros sobre capital próprio	23.250	18.600	12.000	7.200
Resultado de equivalência patrimonial	13.832	11.066	2.365	1.419
Outras adições/exclusões permanentes	<u>(746)</u>	<u>(592)</u>	<u>9.708</u>	<u>5.826</u>
Total IR e CS sobre despesas permanentes	36.610	29.293	24.073	14.445
Incentivos fiscais (i)	824	–	1.800	–
Ajuste de imposto corrente exercício anterior (ii)	1.650	2.032	3.748	3.212
Ajuste diferido (iii)	2.644	1.587	706	–
Ajuste prejuízo fiscal (iv)	1.053	–	–	–
Ajuste da majoração de 5% da CSLL (vide explicação nota 3, subitem j)	–	31.485	–	–
Adicional do imposto de renda	24	–	24	–
Despesa de imposto de renda e contribuição social no exercício	(17.422)	16.215	(559)	(889)
	<u>(1.207)</u>		<u>(1.448)</u>	

(i) Do total dos incentivos fiscais, R\$ 350 refere-se a doações a projetos culturais, conforme Lei Rouanet (Lei 8.313, artigo 18º), R\$114 refere-se a doações ao fundo do esporte (Lei 11.438/2006 artigo 3º), R\$90 refere-se a doações ao FUNCAD (Lei 9.250/95 artigo 1º), R\$ 90 refere-se a doações ao fundo do Idoso (Lei 9.250/95 artigo 1º), R\$90 refere-se a doações ao PRONAS (Lei 12.715/2012 artigo 6º) e R\$90 refere-se a doações ao PRONAC (Lei 12.715/2012 artigo 1º ao 4º).

(ii) O ajuste refere-se ao efeito do recálculo da base de IRPJ e CSLL de 2014 na apuração do imposto corrente. Deve-se substancialmente aos efeitos descritos no item (iv), bem como dedução indevida de incentivos fiscais (cerca de R\$700) e glosa por parte da autoridade fiscal, da dedutibilidade de algumas despesas de marketing (cerca de R\$ 500), conforme auto de infração 08.1.66.00-2011-00476-6. (iii) O ajuste refere-se ao efeito do recálculo da base de IRPJ e CSLL de 2014 no estoque de crédito tributário de diferenças temporárias de PCLD. O montante deduzido no ano anterior é de R\$10.577, produzindo com isso uma compensação indevida de adições temporárias de PCLD no montante de R\$4.231 (IRPJ e CSLL). O ajuste efetuado em 2015, visa retificar os respectivos impactos na base de apuração do imposto corrente, bem como no imposto diferido referente às diferenças temporárias de PCLD.

(iv) O ajuste refere-se ao efeito do recálculo da base de IRPJ de 2014 no estoque de crédito tributário de prejuízo fiscal. O efeito líquido de base não deduzido no ano anterior é de R\$14.044, produzindo com isso uma compensação de prejuízo fiscal maior no montante de R\$11.053. O ajuste efetuado em 2015, visa retificar os respectivos impactos na base de apuração, imposto pago e no estoque de prejuízo fiscal.

b) Composição do "Resultado de imposto de renda e contribuição social"

	2015		2014	
	Imposto de Renda	Contribuição Social (i)	Imposto de Renda	Contribuição Social
IR e CS correntes devidos no exercício	(22.532)	(765)	(17.247)	(4.493)
Constituição/realização de impostos diferidos:	5.110	16.980	16.688	3.604
Prejuízo fiscal/base negativa	(9.674)	286	(8.173)	–
Provisão para operação de crédito	(12.958)	12.416	11.992	7.195
Provisões para riscos fiscais	(5.689)	1.537	27.178	19.867
Outras adições temporárias	1.851	5.499	(31.643)	(18.986)
Correção de depósitos judiciais	2.486	(2.758)	(7.453)	(4.472)
Superveniência de depreciação	29.094	–	24.787	–
Total	(17.422)	16.215	(559)	(889)
	<u>(1.207)</u>		<u>(1.448)</u>	

(i) Os impactos positivos contidos na apuração da Contribuição Social devida referem-se à receita com constituição de crédito tributário sobre o estoque de diferenças temporárias com expectativa de realização até o final de 2018 em função da majoração da alíquota de CS de 15% para 20% mencionada na nota 3.j.

c) Origem dos créditos tributários de imposto renda e contribuição social em 31 de dezembro:

	2015		2014	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Prejuízos fiscais base negativa	194.048	5.938	203.722	5.652
Diferenças temporárias:				
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	117.278	90.558	130.236	78.142
Provisão para riscos fiscais	167.099	105.309	172.787	103.773
Outras adições temporárias (i)	28.834	21.942	26.983	16.443
Total de créditos tributários IRPJ e CSLL	313.211	217.809	330.006	198.358
	<u>731.006</u>		<u>737.738</u>	

(i) Referem-se substancialmente a adições temporárias sobre provisões para riscos cíveis e trabalhistas e pagamentos para fornecedores.

d) Realização/valor presente dos créditos tributários ativados de imposto de renda e contribuição social em 31 de dezembro:

2015	IR		CS		Valor contábil	Valor Presente
	Adições Temporárias	Prejuízo Fiscal	Adições Temporárias	Base Negativa	Total	Total
2016	99.266	(8.578)	79.750	(3.656)	166.782	143.927
2017	27.255	13.241	21.804	9.594	71.894	52.935
2018	20.697	15.759	16.557	–	53.013	33.338
2019	153.309	29.581	91.986	–	274.876	148.202
2020	3.761	28.563	2.257	–	34.581	16.018
2021	3.420	29.539	2.052	–	35.011	13.968
2022	1.588	30.933	953	–	33.474	11.451
2023	1.433	31.916	860	–	34.209	10.082
2024	1.289	23.094	773	–	25.156	6.329
2025	1.193	–	817	–	2.010	435
Total	313.211	194.048	217.809	5.938	731.006	436.685

O valor presente total dos créditos tributários é de R\$436.685 (R\$550.787 em 2014), calculado com base na taxa Selic projetada para os períodos de realização correspondentes, de acordo com a expectativa de realização dos referidos créditos, projeções orçamentárias do Banco e indicadores econômico-financeiros.

Os créditos tributários foram avaliados para fins de impairment tomando-se em consideração a projeção de lucros tributáveis futuros.

e) Movimentação dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas:

Créditos tributários:	31/12/2014	Constituições (Realizações) Líquidas	31/12/2015
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:			
Provisões para riscos fiscais	276.560	(4.152)	272.408
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e créditos baixados	208.378	(542)	207.836
Outras adições temporárias	<u>43.426</u>	<u>7.350</u>	<u>50.776</u>
Total de créditos tributários sobre diferenças temporárias	528.364	2.656	531.020
Créditos de Prejuízo Fiscal	203.722	(9.674)	194.048
Créditos de Base Negativa de Contribuição Social	<u>5.652</u>	<u>286</u>	<u>5.938</u>
Total de créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa	209.374	(9.388)	199.986
Total de créditos tributários	737.738	(6.732)	731.006
Obrigações fiscais diferidas:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:			
Provisão para imposto de renda diferido sobre superveniência (nota 15)	(37.514)	29.094	(8.420)
Provisão para impostos diferidos sobre atualizações de depósitos judiciais (nota 15)	(132.949)	(272)	(133.221)
Total das obrigações fiscais diferidas sobre diferenças temporárias	(170.463)	28.822	(141.641)
Líquido	567.275	22.090	589.365

14. OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

	2015	2014
Provisão para riscos cíveis (nota 16)	42.623	36.018
Provisão para riscos trabalhistas (nota 16)	38.355	33.178
Credores por antecipação de valor residual (nota 7b)	23.712	141.913
Credores diversos - país (i)	36.795	74.663
Valores a pagar de despesas com pessoal (ii)	22.357	–
Valores a pagar de sociedades ligadas (nota 26e)	–	3.392
Valores a pagar a fornecedores diversos	16.951	12.748
Obrigações por operações de venda e transferência de ativos de crédito (nota 7j) (iii)	4.229.327	6.167.667
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 7j)	188	1.155
Outros	<u>3.192</u>	<u>2.006</u>
Total	4.413.500	6.472.740
Passivo circulante	<u>2.802.109</u>	<u>2.775.039</u>
Exigível em longo prazo	<u>1.611.391</u>	<u>3.697.701</u>
(i) Refere-se substancialmente a valores de cessão de crédito da modalidade denominada "Floor Plan", no primeiro dia útil subsequente (R\$4.360 em 2014), os quais são pagos à Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. no primeiro dia útil subsequente à efetivação das operações e recebimento de clientes da modalidade denominada "CDC" em processo de identificação, no montante de R\$14.336 (R\$13.168 em 2014). Adicionalmente, o montante de R\$11.487 (R\$14.049 em 2014) refere-se a financiamentos da modalidade denominada "Floor Plan", os quais são pagos à General Motors do Brasil - GMB no primeiro dia útil subsequente à efetivação das operações (nota 26e).		
(ii) Refere-se à provisão de despesas com pessoal, constituídas em função da transferência dos funcionários da GMAC Prestadora de Serviços de Mão de Obra Ltda., que prestava serviços de mão de obra às empresas do grupo Chevrolet Serviços Financeiros, ao Banco em dezembro de 2015.		
(iii) Refere-se ao passivo das cessões de crédito de operações de varejo no montante de R\$3.678.328 (R\$5.484.431 em 2014) e FIDC no montante R\$550.999 (R\$683.236 em 2014), conforme nota 7j.		



CHEVROLET SERVIÇOS FINANCEIROS



★ **continuação**

BANCO GMAC S.A.

CNPJ nº 59.274.605/0001-13

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Em milhares de reais - R\$)

15. OUTRAS OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	2015	2014
Outros impostos indiretos a pagar (i)	12.943	9.249
Provisão para imposto sobre o lucro - corrente - IRPJ e CSLL	-	28.701
Provisão para imposto de renda diferido sobre superveniência (nota 13e)	8.420	37.514
Provisão para impostos diferidos sobre atualização de depósitos judiciais (nota 13e)	133.221	132.949
Provisões para riscos e obrigações legais (nota 16a)	<u>726.592</u>	<u>757.955</u>
Total de outras obrigações fiscais e previdenciárias	881.176	966.368
Passivo circulante	<u>204.142</u>	<u>44.878</u>
Exigível a longo prazo	<u>677.034</u>	<u>921.490</u>

(i) Referem-se substancialmente à provisão a recolher de IPVA R\$3.131 (R\$5.576 em 2014) e ISS, IR, PIS e COFINS a recolher R\$4.751 (R\$2.106 em 2014).

16. PROVISÃO PARA RISCOS E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Composição de provisão para riscos e obrigações legais

	2015	2014
Contribuição social - CSLL	195.536	237.854
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	365.178	332.753
Imposto de renda - IRPJ	35.199	64.681
Programa de Integração Social - PIS	116.208	108.916
Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	14.041	13.339
Outros	<u>430</u>	<u>412</u>
Total de provisão para risco e obrigações legais (nota 15)	726.592	757.955
Provisão para Riscos:		
Provisões para riscos cíveis (nota 14)	42.623	36.018
Provisões para riscos trabalhistas (nota 14)	<u>38.355</u>	<u>33.178</u>
Total de provisões e obrigações legais	<u>807.570</u>	<u>827.151</u>

b) Movimentação de provisões para riscos e obrigações legais:

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo no início do exercício	757.955	33.178	36.018	827.151
Constituições (Reversões) líquidas do exercício	53.654	8.301	18.507	80.462
Valores pagos no exercício	(85.017)	(3.124)	(11.902)	(100.043)
Saldo no final do exercício	<u>726.592</u>	<u>38.355</u>	<u>42.623</u>	<u>807.570</u>
Total dos depósitos em garantia (nota 8)	<u>812.926</u>	<u>14.572</u>	<u>24.145</u>	<u>851.643</u>

Obrigações Legais

CSLL - as principais teses em discussão são: (a) ação que discute os valores pagos a título de CSLL nos anos-base de 1992 a 1996 (novembro de 1996) por ser empresa não empregadora; (b) mandado de segurança impetrado para afastar a exigência da CSLL a partir de dezembro de 1996, por ser empresa não empregadora; (c) mandado de segurança impetrado para garantir o direito de recolher a CSLL nos anos-base 1994 e 1995 à alíquota de 10%, afastando com isso, a incidência de Emenda Constitucional de Revisão nº 01/94, que instituiu para as instituições financeiras e de arrendamento mercantil, alíquota diferenciada de 30%, o que fere o princípio da isonomia; (d) mandado de segurança para assegurar ao Banco o direito de recolher a CSLL no ano-base 1996 à alíquota de 8%, afastando dessa maneira, a incidência da Lei nº 9.246/95, a qual instituiu alíquota diferenciada de 18% para as instituições financeiras, o que fere o princípio da isonomia; e (e) mandado de segurança impetrado para reconhecer o direito das impetrantes de corrigir seus balanços financeiros aplicando-se o expurgo inflacionário verificado no período de janeiro de 1989 (Plano Verão) correspondente à diferença entre a Obrigação do Tesouro Nacional - OTN-Fiscal e o Índice de Preços ao Consumidor - IPC, para efeito de cálculo da CSLL.

IRPJ - mandado de segurança impetrado para reconhecer o direito do Banco de corrigir seus balanços financeiros aplicando-se o expurgo inflacionário verificado no período de janeiro de 1989 (Plano Verão) correspondente à diferença entre a OTN-Fiscal e o IPC, para efeito de cálculo do IRPJ.

PIS/COFINS - as principais teses em discussão são: (a) mandado de segurança impetrado para afastar a exigência de PIS/COFINS por ser o Banco empresa não empregadora a partir de dezembro de 1996; (b) mandado de segurança impetrado para garantir ao Banco o direito de recolher o PIS/COFINS sobre a receita de serviços, afastando com isso, a base de cálculo imposta pela Lei nº 9.718/98, que equiparou o faturamento à totalidade das receitas auferidas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, não houve desfecho de nenhum processo relacionado à anistia (REFIS), portanto não houve pagamento e reconhecimento de benefício sobre saldos anistiados.

Riscos trabalhistas

São ações movidas principalmente por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos. As ações são controladas individualmente e as provisões são constituídas com base na jurisprudência e no histórico de pagamentos realizados, inclusive nos acordos celebrados em ações trabalhistas e na fase processual de cada ação.

Riscos cíveis

São ações judiciais de caráter indenizatório ou revisional de cláusulas referentes à relação contratual, em que há probabilidade de desembolso financeiro. As ações são controladas individualmente e as indenizatórias são provisionadas de acordo com a avaliação de êxito/perda pelos assessores jurídicos, levando em consideração a situação de cada processo, bem como o entendimento do Poder Judiciário local em relação ao assunto em discussão. A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e dos depósitos judiciais envolvidos.

c) Resumo de passivos contingentes - causas classificadas como possíveis:

	2015		2014	
	Quantidade de processos	Montante (R\$ mil)	Quantidade de processos	Montante (R\$ mil)
Causas Possíveis				
Cíveis (i)	1.295	14.682	1.259	16.790
Trabalhistas	<u>28</u>	<u>14.460</u>	<u>16</u>	<u>5.876</u>
Total	<u>1.323</u>	<u>29.142</u>	<u>1.275</u>	<u>22.666</u>

(i) Além das ações cíveis, cujas naturezas foram mencionadas anteriormente, o Banco é parte em ação impetrada pelo Ministério Público, que questiona a atualização de contratos de arrendamento mercantil indexados ao dólar referentes ao período de janeiro de 1999 até janeiro de 2004, cujo valor em discussão é de R\$4.310.

17. RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS

Refere-se a recebimento antecipado de receita de campanha (equalização de taxa de juros) relativa às operações de crédito e arrendamento mercantil, no montante de R\$441.163 (R\$465.024 em 2014), conforme nota 26e, as quais são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo contratual das respectivas operações, na rubrica de "Receitas com Operações de Crédito" no montante de R\$434.716 (R\$349.344 em 2014), conforme nota 19.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

a) O capital social no montante de R\$1.454.438 (R\$1.383.957 em 2014) está representado por 1.141.400.925 ações ordinárias (1.141.400.925 em 2014), com valor referencial de R\$1,27 (um real e sete centavos). Em 30 de novembro de 2015, a General Motors Holdings Participações Ltda., foi incorporada pela General Motors Investment Participações Ltda., que passou a deter a totalidade das ações de emissão do Banco.

Em 26 de janeiro de 2014, a General Motors Holdings Participações Ltda., realizou aumento de capital no Banco no montante de R\$ 119.604, o qual foi homologado pelo BACEN em 05 de fevereiro de 2014.

Em 30 de abril de 2015, a General Motors Holdings Participações Ltda., realizou aumento de capital integralizando reserva de lucros, no montante de R\$70.481, o qual foi homologado pelo BACEN em 09 de junho de 2015.

b) Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

Em 30 de novembro de 2015, a Administração deliberou e aprovou o pagamento de juros sobre o capital próprio aos acionistas, o qual foi liquidado em 16 de dezembro de 2015, no montante de R\$84.400 (R\$48.001 em 2014). Ainda no exercício de 2015, em 17 de dezembro de 2015 foi deliberado e aprovado mais uma parcela de juros sobre capital próprio aos acionistas no montante R\$8.600 o qual foi liquidado em 22 de janeiro de 2016.

c) Reservas de Lucros

A reserva legal é constituída a 5% do lucro do exercício, deixando tal destinação de ser obrigatória assim que a referida reserva atingir 20% do capital social realizado ou 30% do total das reservas de capital e legal. O saldo de reservas de lucros em 31 de dezembro de 2015 é de R\$209.595 (R\$134.472 em 2014).

19. RECEITA COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014, foram reconhecidas no resultado receita de operações de crédito, conforme demonstrado:

	2º Semestre	2015	2014
Receita com operação de atacado	124.968	260.068	246.068
Receita com operação de varejo	761.181	1.526.393	1.312.904
Rendas com apropriação de subsídios (nota 17)	<u>218.010</u>	<u>434.716</u>	<u>349.344</u>
Total	<u>1.104.159</u>	<u>2.221.177</u>	<u>1.908.316</u>

20. DESPESAS DE PESSOAL

A partir de 01 de dezembro de 2015, os colaboradores registrados na GMAC Prestadora de Serviços de Mão de Obra Ltda., prestadora de serviços do grupo Chevrolet Serviços Financeiros, foram transferidos para o Banco GMAC S.A., cessando a prestação de serviços de terceiros desta natureza, entre empresas. Tais despesas foram integralmente assumidas pelo Banco a partir dessa data, passando a ser reconhecida como "Despesas de Pessoal":

	2º Semestre	2015	2014
Despesas com proventos	2.920	2.920	-
Despesas com encargos sociais	2.356	2.419	-
Despesas de benefícios	1.220	1.220	-
Outras	<u>68</u>	<u>68</u>	<u>-</u>
Total	<u>6.564</u>	<u>6.627</u>	<u>-</u>

21. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

A rubrica "Outras despesas administrativas" apresenta a seguinte composição:

	2º Semestre	2015	2014
Comissões pagas às concessionárias (nota 9b)	85.595	188.607	167.021
Prestação de serviços de terceiros (i)	41.284	97.808	85.698
Sistemas de processamento de dados	15.807	29.083	25.537
Serviços técnicos especializados	20.403	31.658	26.312
Propaganda e publicidade	14.359	20.926	13.305
Sistemas de comunicação	6.161	14.065	12.494
Serviços prestados de terceiros	10.624	27.374	38.201
Despesas com sistema financeiro	6.156	16.069	21.436
Despesas com seguros	1.351	1.351	384
Emolumentos pagos aos cartórios	14.330	22.860	19.564
Amortizações e depreciações	1.113	2.066	1.993
Outras	<u>6.904</u>	<u>16.336</u>	<u>12.299</u>
Total	<u>224.087</u>	<u>468.203</u>	<u>424.244</u>

(i) Refere-se à prestação de serviços de terceiros realizado pela GMAC Prestadora de Serviços de Mão de Obra Ltda. (nota 26e).

Esta prestação de serviço foi encerrada em 01 de dezembro de 2015, conforme detalhado na nota 20.

22. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

A rubrica "Outras receitas operacionais" apresenta a seguinte composição:

	2º Semestre	2015	2014
Receita de atualização monetária de depósitos judiciais e impostos a compensar	35.009	65.678	58.276
Recuperação de despesas	5.889	7.473	4.485
Reversão de provisão fiscal (i)	-	1.633	43.288
Reversão de provisão para contingências cíveis e trabalhistas	1.310	1.855	2.134
Outros	<u>1.591</u>	<u>4.128</u>	<u>9.130</u>
Total	<u>43.799</u>	<u>80.767</u>	<u>117.313</u>

(i) Refere-se substancialmente à reversão de provisão para contingências fiscais de PIS no montante de R\$1.589, sobre a discussão de alargamento de base e em virtude do valor ter atingido a decadência antes da autuação da Receita Federal. Em 2014, refere-se à reversão de provisão para contingências fiscais de IR e CSLL no montante de R\$43.288 (nota 27).

23. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

A rubrica "Outras despesas operacionais" apresenta a seguinte composição:

	2º Semestre	2015	2014
Despesas com atualização monetária de contingências fiscais	29.778	55.287	46.665
Despesas com provisões cíveis e trabalhistas	19.616	28.664	37.324
Despesa com juros e cobrança	10.701	18.940	16.795
Despesas com incentivos culturais	710	710	1.800
Despesas com partes relacionadas (nota 26e)	4.759	17.878	17.952
Despesas com juros e multas	243	314	185
Outras (i)	<u>3.491</u>	<u>6.551</u>	<u>27.809</u>
Total	<u>69.298</u>	<u>128.344</u>	<u>148.530</u>

(i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foram reconhecidos os efeitos de baixa de saldos devedores registrados em contas transitórias relacionadas às operações de cessão de crédito. O reconhecimento dos ajustes somente foi possível a partir da implementação de processo detalhado de reconciliação com cada instituição financeira cessionária, concluído no final do exercício de 2013. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foi reconhecida a débito no resultado, parcela remanescente do ajuste no montante de R\$13.996. Em atendimento aos dispositivos regulamentares e de acordo com o Pronunciamento Técnico 23 (CPC 23/IAS 8), a Administração, no uso de suas atribuições, julgou ser impraticável determinar a correção de saldos referentes a períodos anteriores a 31 de dezembro de 2013, haja visto a impossibilidade de obtenção, junto às instituições financeiras cessionárias, de base de dados e outras informações analíticas de composição de valores e saldos para determinar os montantes respectivos que deveriam compor o resultado de cada período. Por esta razão, e dada a impraticabilidade de representação retrospectiva dos valores relativos a cada um dos períodos, os respectivos efeitos contábeis para o período mais recente, ou seja, o período de dezembro de 2014, são os seguintes:

a) **Outras Despesas Operacionais:**

	Exercício findo em 31/12/2014
Outras despesas operacionais	134.534
Ajuste descrito acima	<u>13.996</u>
Total de outras despesas operacionais, conforme apresentado na demonstração do resultado	<u>148.530</u>

b) **Linha de lucro antes da tributação sobre o lucro**

	Exercício findo em 31/12/2014
Lucro antes da tributação sobre o lucro	137.635
Ajuste descrito acima na linha de outras despesas operacionais	<u>(13.996)</u>
Lucro antes da tributação sobre o lucro, conforme apresentado na demonstração do resultado	<u>123.639</u>

24. RENDAS DE TARIFAS BANCÁRIAS

Refere-se à receita com Taxa de Confecção de Cadastro (TCC), no montante de R\$102.201 (R\$121.398 em 2014).

continua →



CHEVROLET SERVIÇOS FINANCEIROS



★ continuação

BANCO GMAC S.A.

CNPJ nº 59.274.605/0001-13

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais)

25. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

A rubrica "Despesas tributárias" apresenta a seguinte composição:

	2º Semestre	2015	2014
COFINS	18.500	37.298	59.067
PIS	3.007	6.061	9.598
ISS	3.692	7.062	8.288
Outros	813	1.602	675
Total	26.012	52.023	77.628

26. PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração da Administração
Os contratos possuem prazo indeterminado. A extinção da relação contratual, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.

b) Benefícios de Curto Prazo:

	2º Semestre	2015	2014
Salários e Honorários da Diretoria Executiva			
Remuneração fixa	1.383	2.578	1.806
Remuneração variável	10	519	261
Outras	30	784	213
Total	1.423	3.881	2.280

c) Rescisão do Contrato

Os contratos possuem prazo indeterminado. A extinção da relação contratual, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.

d) Outras Informações - Operações de Crédito

Conforme previsto no Artigo 34 da Lei 4.595/64, não são concedidos empréstimos ou adiantamentos a quaisquer subsidiárias, diretores ou seus familiares.

e) Transações com partes relacionadas

As posições patrimoniais e de resultado auferidas em operações com partes relacionadas nos exercícios, podem ser resumidos como segue:

	2015		2014	
	Ativo (passivo)	Receita (despesas)	Ativo (passivo)	Receita (despesas)
Partes relacionadas				
General Motors do Brasil Ltda.:				
Outros créditos (nota 8)	60.598	—	91.080	—
Rendas de prestação de serviços	—	15.948	—	15.948
Outras obrigações - Diversas (nota 14)	(11.487)	—	(14.049)	—
Resultado de exercícios futuros (nota 17)	(441.163)	434.716	(465.024)	349.344
GMAC Prestadora de serviços de Mão de obra Ltda.:				
Outros créditos (nota 8)	1.864	—	—	—
Captações em depósitos a prazo	(6.327)	(3.577)	(31.736)	(3.050)
Prestação de serviços (nota 20)	—	(97.808)	—	(85.698)
GM Administradora de Bens Ltda.:				
Outros créditos (nota 8)	17	—	23	—
Empresas controladas				
GMAC Administradora de Consórcios Ltda.:				
Outros créditos (nota 8)	17	—	511	—
Captações em depósitos a prazo	(100.965)	(9.367)	(53.305)	(5.995)
GMACI - Corretora de Seguros Ltda.:				
Outros créditos (nota 8)	—	—	124	—
Captações em depósitos a prazo	(37.764)	(4.113)	(113.650)	(11.389)
Controladora				
General Motors Financial Inc.:				
Outros créditos (nota 8)	9.209	—	280	—
Outras obrigações - Diversas (nota 14 e 23)	—	(17.878)	(3.392)	(17.952)
General Motors Holdings Participações Ltda.:				
Captações em depósitos a prazo	(7.062)	(99)	(506)	(12)

A DIRETORIA

CONTADOR: Alexandre Passos Alves - CRC 1SP-297700/O-2

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - 2º SEMESTRE DE 2015

I. INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria (Comitê) do Conglomerado GMAC (Grupo GMAC) foi instalado no dia 18 de fevereiro de 2011 por deliberação da Assembleia Geral dos Acionistas do Banco GMAC S.A., e atua como único para o Consolidado Econômico-Financeiro do Grupo GMAC. Na reunião realizada em 23 de março de 2016, foram aprovadas as matérias objeto do Relatório do Comitê de Auditoria e o seu respectivo Resumo, estando a íntegra do Relatório à disposição do Banco Central do Brasil na sede da Instituição.

II. ATIVIDADES DO COMITÊ

O Comitê reuniu-se com o propósito de analisar as demonstrações financeiras e contábeis da data-base de 31 de dezembro de 2015, previamente recebidas, assim como examinar e aprovar o conteúdo do Relatório do Comitê de Auditoria, referente às atividades desenvolvidas relativas à mesma data-base, este Resumo e demais atividades pertinentes a este fórum.

Com relação às atividades e informações do segundo semestre de 2015, o Comitê abordou os seguintes temas:

a) Avaliação da efetividade do sistema de controles internos e aprovação do relatório de ouvidoria do segundo semestre de 2015 e relatório de risco operacional do ano de 2015

O Comitê recebeu informações acerca das atividades desenvolvidas pela área de Controles Internos, regulamentado na forma da Resolução CMN 2554/98 e Instruções CVM 505 e 539, e entende que o Sistema de Controles Internos do Grupo GMAC é adequado ao porte e complexidade de seus negócios, considerando que as atribuições e responsabilidades, assim como os procedimentos relativos à avaliação e monitoramento dos riscos legais e de Compliance estão definidos e continuam sendo praticados de acordo com a regulamentação.

O Comitê revisou e aprovou, sem ressalvas, o Relatório Semestral da Ouvidoria, referente ao segundo semestre de 2015, e o Relatório anual de Risco Operacional referente à data base de 2015.

b) Validação da efetividade das auditorias independente e interna

O Comitê considera que as Auditorias Independente e Interna vêm desenvolvendo seu trabalho de maneira plenamente satisfatória, adequados ao porte da instituição.

O Comitê mantém com os auditores independentes fluxo regular de comunicação para ampla discussão dos resultados de seus trabalhos e de aspectos contábeis relevantes, de maneira que permita aos seus membros fundamentar opinião acerca da integridade das demonstrações contábeis e relatórios financeiros.

Não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores.

O Comitê acompanha o processo de auditoria desenvolvido pela Auditoria Interna, por meio das reuniões periódicas, com as

27. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Adesão aos programas de parcelamento e quitação de débitos fiscais (REFIS/Anistia Lei nº 11.941/2009)

Em 30 de novembro de 2009, o Banco aderiu ao programa para quitação de débitos fiscais estabelecido na Lei nº 11.941/09.

O Banco possui em 31 de dezembro de 2015, um total de provisões sobre contingências aderidas ao REFIS no montante de R\$241.671 (R\$312.430 em 2014), sendo R\$58.018 (R\$66.644 em 2014) de principal, R\$523 (R\$523 em 2014) de multas e R\$183.130 (R\$245.263 em 2014) de juros.

A variação das provisões no exercício de 2015 decorrem substancialmente em virtude da reversão dos valores de principal e atualização monetária do principal das ações judiciais que foram baixadas em contrapartida dos depósitos levantados pela União.

Em 2014, reconheceu como reversão de contingências o montante relativo ao benefício da anistia de 45% dos juros depositados e 100% da multa depositada (quando aplicável) ambos atualizados monetariamente, no momento da expedição do alvará de levantamento dos valores depositados durante o curso das seguintes discussões:

(i) Isonomia de alíquota de CSLL para instituições financeiras para os anos-base 1994, 1996 e 2001 (R\$37.669);

(ii) Dedutibilidade da CSLL na base de cálculo do IRPJ ano-base 1998 (R\$5.651). Os principais tributos controlados em contas de depósito judicial foram baixados contra a provisão passiva no montante de R\$45.461.

(iii) Pagamento de IRPJ relativo ao ano 2006 processo 16327.914.412/2009-22 no valor de R\$32 mil.

Dessa forma, o Banco assume débitos fiscais como suas obrigações tributárias e a consequente obrigatoriedade do pagamento regular dos impostos, contribuições e demais obrigações como condição essencial para a manutenção das condições de pagamento previstas no parcelamento. Os efeitos fiscais e contábeis relativos ao enquadramento dos processos submetidos ao REFIS estão sendo realizados conforme o desfecho das discussões judiciais, com a consequente destinação dos depósitos pelos juízes responsáveis.

b) Alteração na legislação fiscal

Em 21 de maio de 2015, foi publicada a Medida Provisória 675/15, que altera a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das instituições financeiras de 15% para 20%, com eficácia a partir de setembro de 2015 a dezembro de 2018.

Foi editado o Decreto 8.426/2015 que majorou a alíquota das contribuições sociais do PIS e da COFINS de zero para 0,65% e 4%, respectivamente, aplicável às pessoas jurídicas não financeiras, incidente sobre as receitas financeiras, incluindo aquelas decorrentes de operações de hedge e excluídas as variações cambiais de exportação e passivos cambiais. As novas alíquotas se aplicam no caso das pessoas jurídicas que apuram as referidas contribuições pelo regime não cumulativo e estarão vigentes a partir de 1 de julho de 2015.

28. ÍNDICE DA BASILEIA

De acordo com as Resoluções do Conselho Monetário Nacional - CMN, o Banco Central do Brasil - BACEN instituiu a obrigatoriedade de manutenção de valor de patrimônio líquido ajustado, compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, cujo cálculo em 31 de dezembro de 2015 foi de 12,68%.

Título/Risco ponderado	Ativos	Ativo ponderado por risco	Patrimônio de referência exigido
Risco reduzido - 20%	57.371	11.474	1.262
Risco reduzido - 75%	9.369.844	7.027.383	773.012
Risco reduzido - 100%	2.599.406	2.599.406	285.935
Risco reduzido - 250%	194.149	485.372	53.391
Risco reduzido - 300%	108.261	324.784	35.726
Subtotal 1	12.329.031	10.448.419	1.149.326
Parcela para cobertura de risco operacional	1.252.051	1.252.051	137.726
Parcela para cobertura de exposição de risco cambial	81	81	9
Subtotal 2	1.252.132	1.252.132	137.735
Total do patrimônio mínimo exigido	13.581.163	11.700.551	1.287.061
Patrimônio de referência			1.483.992
Índice de Basileia			12,68%

(*) Índice de Basileia = Patrimônio de referência / (Total do Patrimônio mínimo exigido / 11%)

apresentações das respectivas recomendações e a execução do plano proposto e aprovado.

O Comitê avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna. Os resultados desses trabalhos, apresentados nas sessões de trabalho do Comitê, não trouxeram ao conhecimento do Comitê a existência de riscos residuais que possam afetar, de maneira significativa, a solidez e a continuidade do Grupo GMAC.

c) Avaliação da qualidade das demonstrações contábeis

O Comitê analisou os procedimentos que envolvem o processo de preparação dos balancetes e balanços, individuais e consolidados, das notas explicativas e relatórios financeiros publicados em conjunto com as demonstrações contábeis. Foram, igualmente, examinadas as práticas contábeis relevantes utilizadas pelo Grupo GMAC na elaboração das demonstrações contábeis. Desta forma, também foram prestados os devidos esclarecimentos com relação às demonstrações financeiras e verificou-se que estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O Comitê ressaltou que reconhece o esforço de melhoria contínua proposto pela Administração e a aplicação das melhores práticas de mercado no que tange à Governança Corporativa, bem como com relação às melhorias dos Controles Internos, e o comprometimento com a transparência.

Concluiu que os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias e áreas de Riscos e Controles Internos são eficazes e conferem transparência e qualidade às Demonstrações Financeiras semestrais do Grupo GMAC, recomendando sua aprovação pelo corpo diretivo, para a data-base de 31 de dezembro de 2015.

d) Avaliação do cumprimento das recomendações feitas pelos auditores independentes e internos

As recomendações em aberto dos Auditores Independentes e Internos, bem como aquelas oriundas dos órgãos reguladores, foram apresentadas e discutidas pelos membros, que avaliaram como satisfatórios os cronogramas propostos para o atendimento das recomendações.

III. Conclusão

O Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente as suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomenda à Diretoria a aprovação das demonstrações financeiras e contábeis individuais e do Conglomerado Prudencial do Grupo GMAC, para a data-base de 31 de dezembro de 2015.

São Paulo, 23 de março de 2016

O Comitê de Auditoria

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas do

Banco GMAC S.A.

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco GMAC S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas

pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

O Banco registra as suas operações de arrendamento mercantil e elabora as suas demonstrações financeiras com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação, classificada no ativo permanente, conforme mencionado na nota explicativa nº 3.f às demonstrações financeiras. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações de arrendamento mercantil, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas de arrendamento mercantil, mas resultam na apresentação do resultado e do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelo assunto descrito no parágrafo "Base para Opinião com Ressalva" no que tange a reclassificação das operações de arrendamento mercantil, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco GMAC S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 23 de março de 2016



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609 /O-8

Luiz Carlos Oseliero Filho
Contador
CRC nº 1 SP 234751/O-6